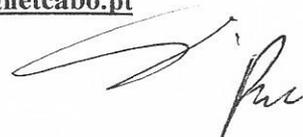


## Relatório de 2011

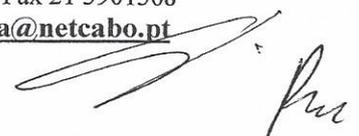
Nos termos do artigo n.º 18, alínea b) dos Estatutos compete ao Conselho de Administração elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e a conta de gerência.

1. Como é costume dá-se mais realce aos passos que vêm sendo dados para se iniciar a construção da unidade de cuidados continuados de saúde e do lar de idosos, no sentido de se cumprir a vontade da testadora ao instituir a Fundação António Manuel Figueiredo Sardinha.
2. Como já referimos no programa de acção para 2012, se tudo correr como esperamos, o início da sua construção terá início no 1.º semestre de 2012.
3. Com efeito, a Câmara Municipal de Sintra informou que o projecto de arquitectura tinha sido aprovado, aguardando os projectos de especialidades, os quais foram entregues em 30 de Setembro de 2011 (alguns estudos complementares foram, a pedido da Câmara, entregues posteriormente).
4. Passamos agora a relatar os factos principais que se passaram no ano de 2011.
5. Em Janeiro, o Dr. Carlos Cortês, da Eurowagon, informou que pretendia resolver a questão da moradia. Comunicámos que o assunto estava em Tribunal e, portanto, teria que ser resolvido pelos dois advogados (um da nossa parte) e pela juíza que aprovou a transacção proposta e a que nós demos o nosso acordo (quer o CA, quer o CF) por maioria. O conselho de administração deliberou (por maioria) aceitar a última proposta da Eurowagon relativa à venda da moradia da R. Rodrigo da Fonseca, conforme comunicação do advogado Dr. Marques Estaca. Foi, então, aprovado pelo CA os termos do contrato promessa de compra



e venda a assinar entre a Fundação e a Eurowagon – Sociedade Imobiliária, Lda, com acordo da transacção extra-judicial, conforme já havia sido deliberado, e designação do presidente para o assinar, em nome da F.A.S. O contrato promessa de compra e venda foi assinado no dia 11 de Outubro de 2011. No mesmo acto a Eurowagon cedeu a sua posição à Esim – Espírito Santo Imobiliária, conforme estava previsto na minuta do contrato, aprovada em reunião do CA.

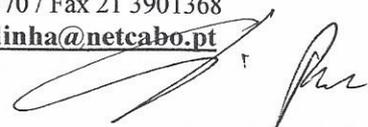
6. A C.M. de Sintra enviou uma extensa notificação sobre a regularidade da maior parte dos documentos que lhe foram entregues no dia 30 de Julho do ano anterior, para licenciamento do projecto que já lhe havia sido entregue.
7. Foi, nos termos estatutários, pedido ao CF, parecer sobre a aquisição duma parcela de terreno destinada aos acessos do Complexo Social de Albarraque.
8. Procedeu-se à integração nos quadros da Fundação de Ana Paula Fernandes Baptista, com a categoria de secretária (nível X – CCT celebrado entre a CNIS e vários sindicatos), mantendo a mesma remuneração que vem usufruindo – 485,00€ - ordenado mínimo nacional, a tempo parcial, como até aqui. Para além do apoio logístico ao conselho de administração, tem como função específica a assistência permanente ao parque imobiliário da Fundação e o aluguer das fracções que ficam vagas, dispensando a instituição de recorrer às agências imobiliárias (recurso mais oneroso).
9. Desde 2008 – Dec. Regulamentar nº 14/2008, de 31 de Julho, a categoria que a funcionária Lúcia Rasoilo detinha – assistente administrativo principal, foi extinta, tendo passado para assistente técnico. A referida funcionária mantém a mesma remuneração – 995,55 € - que é correspondente à 6ª posição remuneratória e ao nível 11. A funcionária sempre foi classificada, em termos profissionais e remuneratórios, de acordo com a tabela da função pública



10. Visto que nem todas as fracções tinham seguro, negociou-se com as companhias de seguros (ouviram-se várias e escolheu-se, globalmente, a mais barata) por forma a abrangê-las na totalidade (prevê incêndio, raio, explosão e danos provocados por água).
11. Foi comunicado pelo conselho fiscal o parecer positivo relativamente à aquisição do terreno da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, destinado aos acessos do Complexo Social de Albarraque.
12. Procedeu-se aos arrendamentos do 4º esq da Trav. de Stª Quitéria (700,00€) e do 12º E da R. General Celestino da Silva (750,00€) e perderam-se dois arrendamentos – Bicho da Seda na Rua Vale do Pereiro, loja e Livrarte na Av. do Uruguai, nº 13 A -, para os quais se propuseram as respectivas acções judiciais, uma através do Julgado de Paz e a outra no Tribunal.
13. O gabinete de arquitectura – Arq. Pedro Rodrigues – pediu um estudo geotécnico do local onde vai ser implantado o Complexo. Remeteu-se um estudo feito em 1997 pela empresa Soper, o qual não serviu. Abriu-se novo concurso, tendo ganho a firma Geocontrole pelo valor de 4.397,00 + IVA. Também foi pedido um levantamento topográfico que foi efectuado por um arquitecto pelo valor de 850,00€.
14. Dado o interesse de várias pessoas pelo terreno da freguesia de Geraz do Lima (Viana do Castelo) (face ao valor não se acatou a proposta do Sr. Manuel Augusto Pedra) decidiu-se convidar várias empresas da especialidade para fazer uma avaliação. Das consultadas a mais barata foi a J. Curvelo por 350,00€ tendo, por esse facto, sido-lhe atribuído o trabalho. O Sr. Rogério Pinto da Costa escreveu uma carta em que se propunha adquirir o terreno da freguesia de Geraz do Lima por 6.000 €. Mais tarde, voltou a escrever rectificando o valor que oferecera para 6.500,00 €. Deliberou-se ouvir o conselho fiscal, tendo-se enviado a avaliação entretanto efectuada.



15. Em carta assinada pelo Provedor, Dr. Pedro Santana Lopes, foi-nos comunicado que, em reunião de 14 de Setembro, foi determinado que a representação da SCML será assegurada pelo Dr. Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado.
16. Foi-nos comunicado pela presidente da Comissão de Avaliação Técnica do Programa Modelar2, na sequência do despacho do Secretário de Estado da Saúde que, as entidades financiadas no âmbito deste programa que ainda não iniciaram a construção das respectivas unidades, devem suspender os procedimentos em curso por forma a não dar lugar a assumpção de encargos. Repare-se que apenas se fala em “suspensão” pelo que, após o início da construção e tendo em conta o evoluir da situação económico-financeira do país, deverá novamente a Fundação pedir o apoio (750.000,00 €).
17. Segundo o artº 24 dos Estatutos, um dos vogais do conselho fiscal é nomeado pelo conselho de administração. Terminado o mandato da Srª Drª Teresa Venda em 17 de Dezembro de 2011 (acta nº 1218), por proposta do presidente, o CA deliberou não o renovar, nomeando-se, em sua substituição, o Dr. Carlos Artur Carneiro Pinto.
18. Recebemos da Direcção-geral das Finanças Públicas de França informação que estávamos isentos – entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2013 – da taxa de 3% na venda do andar de Paris. Estamos convencidos que a celeridade da resposta teve a ver com a intervenção da Embaixada de Portugal em Paris, que havíamos pedido em Agosto de 2011. A escritura – espera-se – será assinada em breve.
19. A firma Verdadeiro Desafio (Pizza na Brasa) fez-nos a entrega das chaves do estabelecimento por se encontrar em dívida de rendas até Novembro (desde Junho) devendo ainda mais três meses – dado que só no mês de Outubro avisou que ia fechar a loja. Pediu-se ao advogado (escritório do Dr. Rodrigues da Silva)



que proponha uma acção para reaver as rendas em dívida. Fora isso, a Fundação avisou por duas vezes a arrendatária para tirar o equipamento da loja, o que não aconteceu (a última carta foi elaborada pelo Dr. Coelho Marques, dando um prazo, a partir do qual a F.A.S. daria o destino que melhor entendesse).

20. O CA deliberou pagar um passe concelhio para os transportes de Ana Baptista principalmente por duas razões:
- a) Prestação de assistência a todos os arrendatários da F.A.S.;
  - b) Deslocações às fracções para mostrar as casas a possíveis arrendatários, quando as mesmas se encontram vagas.
21. O arrendatário da R. José Magro informou ter intenção de comprar o andar. Foi-lhe pedido que apresentasse uma proposta por escrito.
22. Manteve-se o apoio à Associação dos Amigos e Familiares de Doentes de Alzheimer, a qual como se referiu em relatório anterior, se dispôs a prestar assistência domiciliária a oito doentes. A associação, solicitou no final do ano de 2004, também o pagamento de um terapeuta uma vez que entendia que esse apoio seria mais integral e completo. O CA respondeu positivamente ao pedido, pelo que se transfere, mensalmente, para a APFADA, a importância de 2.800,00€ (a partir de Janeiro de 2005).
23. Continuou a proceder-se à gestão e manutenção do património da Fundação constituído essencialmente por imóveis urbanos e andares em regime de propriedade horizontal, os quais deram de rendimento 249.249,65 €.
24. As disponibilidades derivadas de uma aplicação em contas a prazo (tendo em conta a sua maior rentabilidade) nas instituições de crédito, deram de rendimento à Fundação um montante de 116.065,82 €.

  
5  


25. Quanto às despesas correntes, estas cifraram-se em 130.969,97 €, despesas constituídas pelas remunerações de pessoal e custos fixos (água, electricidade, material de escritório, portes de correio, seguros de prédios, esgotos), honorários a advogados, notariado, despesas de condomínios e outras, essenciais ao funcionamento da instituição.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Paulo Garcez Palha

Rui Lopes Leitão



Paulo Mateus Calado